

# Uma análise da expressão “Reino de Deus” de Mateus 6,33

*An analysis of the expression  
“Kingdom of God” from Matthew 6,33*

*Éder Wilton Gustavo Felix Calado  
Rosemeri Passos Baltazar Machado*

## Resumo

A Análise do Discurso pode ser utilizada como base teórica para análise do texto bíblico com eficiência e trazendo resultados diferentes dos encontrados nos comentários bíblicos tradicionais, principalmente porque o seu ferramental leva à análise de conceitos como: ideologia, formação ideológica (FI) e formações discursivas (FDs) e seus correlatos, os quais são observados com base nas condições de produção (CPs) do discurso. Com base nesta teoria, este artigo se propõe a analisar expressão “reino de Deus” de Mateus 6,33. Para isso, é exposto o dispositivo analítico utilizado na análise antes de sua realização no tópico final, a qual revela o interdiscurso com o sistema imperialista romano, sendo este o que permite o efeito de sentido da expressão para o contexto e para hoje. Essa expressão é a afirmação de que o “reino de Deus” é maior e mais justo do que o romano, além disso, este reino é do verdadeiro rei, Jesus. Este trabalho tem o intuito de analisar esses efeitos de sentidos e observar a constituição discursiva deste discurso.

**Palavras-chave:** Evangelho de Mateus. Análise do Discurso. Interdiscurso.

## Abstract

Discourse Analysis can be used as a theoretical basis for efficiently analyzing the biblical text and producing different results from those found in traditional biblical commentaries. This is mainly because its tools facilitate the analysis of concepts such as ideology, ideological formation (IF), discursive formations (DFs), and their correlates. These are observed based on the conditions of discourse production (CPs). Based on this theory, this article proposes to analyze the expression "kingdom of God" from Matthew 6,33. To accomplish this, the analytical framework used in the analysis is presented prior to its conclusion in the final section, which

reveals the interplay with the Roman imperialist system. This interaction elucidates the meaning of the expression within its original context and its relevance today. The expression signifies that the "kingdom of God" surpasses and embodies greater justice than the Roman kingdom, asserting its belonging to the true king, Jesus. This study aims to analyze these effects of meaning and examine the discursive construction of this discourse.

**Keywords:** Gospel of Matthew. Discourse Analysis. Interdiscourse.

## Introdução

A expressão “reino de Deus” é extremamente forte e muito utilizada tanto em estudos acadêmicos quanto na igreja em geral, com significados diferentes muitas vezes. O presente artigo tem por objetivo analisá-la no Sermão do Monte (Mt 6,33), a partir do aporte teórico da Análise de Discurso de orientação francesa (doravante AD).

No contexto do Evangelho de Mateus, “reino de Deus” possui um grande efeito de sentido, pois afirma que há um reino superior ao romano, uma superpotência imperialista que subjugava os povos a sua volta por meio de forte poderio bélico e forte propaganda ideológica, ou seja, o discurso do “reino de Deus” é um discurso subversivo, de oposição ao império.

O conceito aplicado na análise da expressão é o de Formação Discursiva (FD), um conceito polêmico na AD, mas relevante, uma vez que abarca a noção de ideologia e de interdiscurso, utilizá-lo permitirá visualizar os possíveis efeitos de sentido da expressão.

Para o intento deste artigo, primeiro é apresentado, brevemente, o Evangelho de Mateus e o Sermão do Monte, suas características e conteúdo e suas condições de produção (CPs), a saber seu entorno sócio-histórico-ideológico. Em seguida, a FD é conceituada, bem como os conceitos correlatos a ela, para, então, ser analisado o *corpus*, a expressão “reino de Deus” de Mateus 6:33, a fim de elucidar os possíveis efeitos de sentidos que ela tem em suas CPs.

### 1. O Evangelho de Mateus e o Sermão do Monte: características e condições de produção (CPs)

O Evangelho de Mateus, desde muito cedo, foi importante para os seguidores de Jesus, um dos motivos, certamente, é ter seu nome atrelado ao de um apóstolo, nome mencionado duas vezes no livro (Mt 9,9 e 10,3). Todavia, a autoria é questionada por especialistas, os quais propõem diversas hipóteses para ela. Uma possibilidade bem aceita, articulada a partir de evidências textuais, é a do texto ter sido redigido por um mestre e líder da igreja primitiva local. O texto-chave para esta possibilidade é Mateus 13,52: “E Jesus lhe disse: ‘Assim, pois, todo escriba instruído acerca do Reino dos céus é comparável a um dono de casa que tira do seu

tesouro coisas novas e antigas”.<sup>1</sup> Para os estudiosos desta corrente, este texto pode estar descrevendo o trabalho do evangelista redator de Mateus.<sup>2</sup>

A datação segue o mesmo princípio, por não ser de Mateus, ela é colocada mais para o final do primeiro século, anos após a redação do livro de Marcos (entre 64 e 69) e antes do ano 110, por volta do ano 90 d.C.<sup>3</sup> Essa datação está atrelada ao fato de Mateus ter sido escrito em Antioquia da Síria, uma tese defendida por muitos autores devido à grande importância que é dada ao apóstolo Pedro no texto de Mateus, afinal ele foi para Antioquia após o concílio de Jerusalém (Atos 15), permanecendo naquela igreja: as palavras do evangelho refletem os ensinamentos e tradição de Pedro.

Sobre o conteúdo do livro, Viviano<sup>4</sup> escreve que o escritor de Mateus é um transmissor das tradições que recebeu por parte da igreja a respeito de Jesus e da vida cristã, ao mesmo tempo em que a molda, de forma criativa, dando novas ênfases, a fim de, talvez, exortar, fornecer material para leituras litúrgicas e sermões, oferecer um discurso missionário aos não cristãos, bem como fazer apologia contra os críticos e rivais.

Kermode,<sup>5</sup> por sua vez, entende que o texto de Mateus apresenta um processo de alusão e superação quanto ao conteúdo do Antigo Testamento, ou seja, Mateus entende a santidade e força do Antigo Testamento, mas supõe que se trata de algo não completo em si mesmo, pois aquilo que foi dito e antecipado no texto antigo, somente seria cumprido no novo, assim o novo é validado pelo antigo, ao mesmo tempo, que o supera, o transcende. Isso gera uma argumentação expressa por excessos: o excesso do novo é o que transforma o antigo. É justamente nisso que é mostrada a autoridade de Jesus, afinal, o novo só tem autoridade por ser dito por quem tem poder para ressignificar o antigo. Isso se deve ao fato de Mateus trazer Jesus como o representante verdadeiro de uma tradição. A escrita por meio de excesso, transformação/superação e ênfase na autoridade de Jesus, serve para associação dos ensinamentos de Mateus ao da Lei e dos Profetas (textos que consistem na Bíblia toda para o escritor de Mateus). Assim, a relação com os escritos antigos era uma necessidade de todos os evangelistas, os quais a trabalhavam à sua maneira, conforme seu contexto.

Abordando o Sermão do Monte especificamente, para Brown,<sup>6</sup> trata-se do primeiro dos cinco discursos contidos em Mateus, sendo a mais grandiosa composição encontrada neste evangelho, pois é uma obra de ensino ético e religioso, composta por materiais retirados da fonte Q, juntamente com trechos somente encontrados em Mateus.<sup>7</sup>

Apesar do Evangelho de Mateus ser um texto do gênero biografia greco-romana, um tipo de biografia que enfatiza pontos importantes da vida de alguém notório, o trecho do Sermão do Monte apresenta um gênero diferente, o qual, observado do ponto de vista da literatura bíblica,

---

<sup>1</sup> As citações bíblicas feitas neste trabalho foram retiradas de A Bíblia: Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB), 1996.

<sup>2</sup> VIVIANO, B. T., O Evangelho Segundo Mateus, p. 131-132.

<sup>3</sup> VIVIANO, B. T., O Evangelho Segundo Mateus, p. 133.

<sup>4</sup> VIVIANO, B. T., O Evangelho Segundo Mateus, p. 133.

<sup>5</sup> KERMODE, F., Mateus, p. 417.

<sup>6</sup> BROWN, R., Introdução ao Novo Testamento, p. 269.

<sup>7</sup> Devido a trechos somente encontrados em Mateus, alguns estudiosos afirmam a existência de uma fonte somente de Mateus, a chamada fonte M, porém a ideia não é compartilhada por todos os especialistas.

pode ser definido como um discurso de sabedoria, pois apresenta ensinamentos éticos e legais, isto é, a lei enquanto instrução.<sup>8</sup> Assim, conforme Jeremias,<sup>9</sup> o Sermão do Monte é um documento para os já convertidos e que tem como temática central a conduta dos cristãos de Mateus, o que está expresso em Mateus 5,20: “Pois eu vos digo: se a vossa justiça não ultrapassar a dos escribas e dos fariseus, de modo algum entrareis no Reino dos céus”. Isto é, o texto de Mateus tem por objetivo levar os cristãos desta comunidade a terem um comportamento oposto ao dos fariseus e escribas, duas classes muito fortes dentro do judaísmo. Seria, então, a apresentação de uma forma de viver alternativa, uma justiça diferente da dos judeus e dos romanos.

A respeito das condições de produção (CPs), não há um consenso entre os estudiosos quanto à existência de uma comunidade cristã em Antioquia, pois muitos especialistas entendem que não se pode afirmar a existência do cristianismo propriamente dito neste momento. Mas, baseados em Brown<sup>10</sup> e Overman,<sup>11</sup> entendemos que havia um início de cisão entre judeus e judeus crentes em Jesus (judeus-cristãos), levando à cisão entre os grupos. Além disso, estavam presentes cristãos gentios, convertidos de outras religiões, o que deixa o cenário mais complexo. Esta hipótese se baseia, dentre outros aspectos, em uma evidência encontrada na própria Bíblia (Atos 11,26), texto no qual há a informação de que foi em Antioquia que os discípulos foram, pela primeira vez, chamados de cristãos.

Com isso, é essencial entender as CPs da comunidade de Mateus, mais especificamente, as CPs de uma comunidade situada em uma colônia romana – cidade de Antioquia –, no mesmo ambiente que seus opositores. Para isso, remontemos ao período anterior à escrita de Mateus (pós ano 60 d.C.), o qual foi marcado por intensas mudanças na Palestina, bem como em outros locais de forte presença judaica. Nesse período, Pedro foi executado em Roma e Tiago em Jerusalém. Além disso, houve a expulsão dos cristãos (aqueles que criam em Jesus, mesmo sendo judeus) da cidade de Jerusalém com a revolta judaica contra Roma (anos de 66-70), devido a eles não apoiarem os judeus no levante contra Roma. Isso certamente trouxe antipatia dos judeus contra os cristãos em outros locais, dentre eles Antioquia. Foi nesta revolta que Roma, como forma de repressão, destruiu o Templo de Jerusalém, um duro golpe, pois o Templo representava a ordem sócio-política do local, uma vez que religião e sociedade não eram dissociadas para o judeu.

Foi neste contexto tão conturbado que teve origem o chamado “judaísmo formativo”, como um movimento de síntese religiosa e cultural com a finalidade de fazer o judaísmo sobreviver, agora descentrado do Templo, que não existia mais. O “judaísmo formativo” é chamado assim por não ser algo consolidado, mas é o início da formação do judaísmo que veio a se firmar alguns séculos depois. Contudo, o “judaísmo formativo”, como qualquer outro movimento judaico da época, não pode ser entendido como o único, pois havia diversos movimentos que se entendiam como o verdadeiro Israel, o guardião legítimo da lei, o que se aplica também à comunidade de Mateus. O fato é que o chamado “judaísmo formativo” buscou raízes históricas e, ao longo do tempo, tornou-se a base sólida para o surgimento do judaísmo rabínico, o qual se estendeu até os dias atuais.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> VIVIANO, B. T., O Evangelho Segundo Mateus. p. 149.

<sup>9</sup> JEREMIAS, J., Estudos no Novo Testamento, p. 99.

<sup>10</sup> BROWN, R., Introdução ao Novo Testamento, p. 312.

<sup>11</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 17.

<sup>12</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 17.

Neste processo de busca histórica, o “judaísmo formativo” fincou suas bases no partido dos fariseus, grupo surgido no século II a.C. (no período helenístico, por isso influenciado pelo helenismo), o qual, com o passar dos anos, foi ganhando força e se posicionou bem socialmente e religiosamente, por volta do ano 70. Além disso, seu padrão religioso e de conduta “colocava-os em uma boa posição para ganhar influência depois da destruição de Jerusalém e do Templo”,<sup>13</sup> tendo, ao que parecia, apoio popular. Por esse motivo, os grupos judaicos olhavam para os fariseus quando queriam encontrar um modo de vida para substituir aquele destruído por Roma e que pudesse ser aplicado a todo Israel. Mas não foi somente nos fariseus que o “judaísmo formativo” se firmou, ele também buscou se enraizar em um evento fundador, o chamado concílio de Jâmnia (Jabne). Jâmnia era um centro romano a oeste de Jerusalém, perto da costa do Mediterrâneo – onde teria acontecido um concílio que estabeleceu bases para o judaísmo pós-70.<sup>14</sup> Apesar de sua importância, alguns autores entendem Jâmnia como uma lenda rabínica, um mito de origem, o qual remonta aos eventos que cercaram a destruição de Jerusalém. Contudo, é atribuído a esse concílio o marco de fim do sectarismo, pois foi nele que se estabeleceram bases para o judaísmo. Jâmnia, então, é marco oficial do “judaísmo formativo”, porém suas bases, de fato, estão no farisaísmo.

Após esses episódios, aos poucos o “judaísmo formativo” foi se institucionalizando. Não se trata de um processo rápido, nem com data precisa, mas que ganhou força com o passar dos anos, conforme escreve Overman:<sup>15</sup> “Na época da comunidade de Mateus, encontramos um judaísmo formativo, nascente, que começava a se consolidar e tentava ganhar influência e controle em seu ambiente imediato”.

Surgida quase na mesma época, a comunidade de Mateus desenvolveu – de forma semelhante ao “judaísmo formativo” – papéis dentro do grupo, estabeleceu posições de autoridade e “articulou uma defesa de sua posição em relação à lei judaica”.<sup>16</sup> Essas construções, que consistem em passos de institucionalização, serviram para defender a comunidade dos desafios e oposições impostas a ela, principalmente por parte do “judaísmo formativo”.

A forma de defesa mais forte vista no texto de Mateus consiste na interpretação da lei feita pela comunidade, baseada, essencialmente, no ministério e na figura de Jesus, isto é, a comunidade de Mateus se agarrava na autoridade do nome de Jesus para defender sua interpretação da Lei do Antigo Testamento. Para isso, aplicava a ideia de cumprimento, ou seja, Jesus e a comunidade Mateus (com sua interpretação da Lei) cumpriam aquilo que foi dito nas profecias do Antigo Testamento, algo que pode ser visto em várias passagens. Merece destaque a passagem de Mateus 5,17-20, no qual Jesus teria afirmado que não veio revogar a Lei ou os Profetas, mas cumpri-los.

A crítica aos líderes do “judaísmo formativo” é muito forte no texto de Mateus e revela a hostilidade que havia dentro da comunidade em relação a esses líderes. Algo evidente no texto, pois a crítica presente nas passagens do evangelho chega a ser ofensiva, fruto de muita emoção segundo Freyne,<sup>17</sup> o qual: “Como é típico, nas relações humanas, especialmente em situações

<sup>13</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 45.

<sup>14</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 48

<sup>15</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 51.

<sup>16</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 79.

<sup>17</sup> FREYNE, S., Opressão da parte dos judeus, p. 48.

adversas, caricaturar nossos inimigos e seus argumentos como tática para desacreditá-los, devemos ter consciência de que mesmo um evangelista cristão não está imune a semelhante fraqueza”.

O ápice deste atrito aparece no capítulo 23, no qual se vê a atitude típica de uma comunidade sectária contra o dominante, produzida por meio de uma linguagem também comum a um grupo dominador. Nestes discursos, o dominador é injusto, corrupto, iníquo e hipócrita, já a comunidade sectária é justa e fiel, o verdadeiro povo de Deus, quem interpreta a lei corretamente. Em Mateus, esta oposição é vista na forma como representa a conduta dos discípulos de Jesus em contraste com a conduta dos fariseus. Os discípulos representam a comunidade, enquanto os fariseus são a representação do “judaísmo formativo”.

No entanto, ao observar o texto de Mateus, aparentemente esses líderes tinham autoridade no meio dessa comunidade, afinal, Mateus 23,4 diz que eles têm autoridade para amarrar fardos pesados nos ombros das pessoas. Essa menção remete ao fato de a crítica de Mateus, em relação aos fariseus, não estar na forma como interpretavam a Lei, mas em sua conduta, assim, “os membros da comunidade devem fazer o que eles mandarem. São as ações dos escribas e fariseus que devem ser evitadas (23,3)”.<sup>18</sup>

Contudo, é importante ressaltar que o “judaísmo formativo” e a comunidade de Mateus estavam inseridos em um mesmo ambiente, compartilhando de uma mesma matriz religiosa, cultural e social, logo, ambos tinham muito em comum. Tanto é que a comunidade de Mateus não se entendia como não judaica, ao contrário, via-se como o verdadeiro Israel, oposto ao falso povo da aliança, os quais seguiam líderes que iriam desencaminhar o povo, como se pode ver em várias passagens do primeiro evangelho.<sup>19</sup>

Dessa forma, resumindo o processo histórico, alguns membros da comunidade judaica de Antioquia se converteram a Jesus, assim, passou a existir judeus e judeus-cristãos dentro dessa mesma comunidade. Talvez em época próxima à redação e Mateus (pós ano 70), esses dois grupos passaram a ter atritos mais sérios, levando a cismas dentro da comunidade. O livro de Mateus teria, assim, a função de proteger a crença dos membros da comunidade para qual o livro se destinava.

Para o intuito deste trabalho, é preciso observar que todo esse embate aconteceu em meio ao Império Romano, debaixo de seu poderio, afinal, Antioquia era capital da província romana da Síria. Com isso, e situando a escrita de Mateus por volta do ano 90, temos justamente a época de uma superpotência, que, por meio de seu imenso aparato militar, dominou as localidades ao seu redor de forma avassaladora, expandindo seus territórios em todas as direções: Roma era o modelo exato de poder imperial, pois buscava por poder e conquista sem encontrar resistência à altura.<sup>20</sup>

Era o exército romano quem garantia os objetivos do império. Mas custava caro mantê-lo. A saída encontrada por Roma foi repassar os custos para as colônias por meio de tributos altos, prática justificada por meio da presença de seu exército nas colônias para dar garantia e

<sup>18</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 145.

<sup>19</sup> OVERMAN, J. A., O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo, p. 17.

<sup>20</sup> LE ROUX, P., Império Romano, p. 8.

tranquilidade para os grandes comércios e a paz para as regiões ocupadas; entretanto, a ordem e tranquilidade dos locais conquistados interessavam mais a Roma do que aos conquistados.<sup>21</sup>

A permanência de Roma, por meio de seu exército, mostrava que os subjugados deveriam construir suas vidas a partir das imposições do Império. Porém, em alguns lugares, houve tentativa de resistência, nestes casos, Roma massacrava os rebelados, escravizava, tomava suas terras e as dividia entre as elites do império e as elites locais, aliadas a ela. Por isso, há de se destacar que nem todos os conquistados estavam na mesma situação, pois Roma tratava de maneira diferente cada colônia, ou seja, quem se dobrava ao Império tinha direitos mantidos, aqueles que se rebelavam eram vitimados com altos impostos, feitos escravos ou mortos.<sup>22</sup>

Após se estabelecer, Roma propagava os ideais de uma “nova ordem mundial” nas terras ocupadas. Era um processo de pacificação, entretanto, baseado na exploração dos povos conquistados. Para seu intento, Roma procurava convencer os povos subjugados por meio de argumentos em prol da civilização e do desenvolvimento, ou por meio de valores nobres, como a chamada *Pax Romana*, um período isento do ambiente de guerra civil e que durou de 29 a.C. até 180 d.C. Como escreve Serique,<sup>23</sup> a *Pax Romana* consistia: “primeiramente, ações políticas e militares que procuraram garantir uma relativa estabilidade neste tão extenso Império; e, em segundo lugar, há um forte teor ideológico que procurava mascarar o sistema de perseguição, exploração, morte e assimetrias existentes no Império”.

Devido a esse mascaramento, essa paz afirmada e implantada por Roma era um tanto quanto contraditória, porque era implementada por meios militares, gerando discórdia por onde passava: além disso, havia discriminação e privilégios latentes em favor das classes superiores. “Esta paz que Roma traz é paz-de-vitória para os romanos; para os vencidos, paz de submissão”.<sup>24</sup>

Roma também baseava seu discurso na ideia de que estava levando o progresso para os locais conquistados, pois muitas localidades ao redor do Mediterrâneo não possuíam infraestrutura adequada e passaram a tê-la. Contudo, por detrás deste discurso estava o ideal progressista romano, o qual fazia buscar lucro e enriquecimento a qualquer custo. Dessa forma, Roma também baseava suas práticas com respaldo na Lei do direito adquirido no campo de batalha, ou seja, “assumiam o controle pleno da terra conquistada e o direito comercial do que nela se produzia”.<sup>25</sup>

Dentre as formas de exploração exercida pelos romanos sobre os povos conquistados destaca-se o privilégio dado às elites locais, as quais reproduziam a forma de extorsão romana em prol de manutenção de direitos e privilégios, logo, eram opressores de seu próprio povo. Roma e a elite local tentavam usar de discursos ideológicos para justificar suas ações, e parecia funcionar em alguns lugares, uma vez que o povo entendia a dominação como algo, até certo ponto, benéfico, pois “trazia” desenvolvimento. Isso levava algumas províncias a serem classificadas por Roma como amigas. Contudo, nem todas as localidades aceitaram a dominação

---

<sup>21</sup> SILVA, F. H. O., Poder e violência nos dias de Jesus, p. 45-46.

<sup>22</sup> FUNARI, P. P., Grécia e Roma, p. 86.

<sup>23</sup> SERIQUE, I., Pax Romana e a Eirene do Cristo, p. 120.

<sup>24</sup> WENGST, K., Pax Romana, p. 23.

<sup>25</sup> SILVA, F. H. O., Poder e violência nos dias de Jesus, p. 52-54.

romana, algumas aceitaram por algum tempo, depois rebelaram-se. A fim de não perder seu controle, Roma intensificava suas ações, sempre com demonstrações de autoritarismo.<sup>26</sup>

Neste processo de dominação e expansão, o exército foi uma das principais armas romanas, por manter a ordem e o absolutismo territorial. Para isso, Roma manteve exércitos permanentes nas províncias, facilitando sua fiscalização como autoridade única. Além disso, essa tática de exércitos permanentes complicou ainda mais a vida dos camponeses, uma tática que Roma desenvolveu por meio da ocupação das localidades conquistadas com soldados camponeses, os quais eram alocados em terras tomadas do povo local, gerando escravidão: o camponês se tornava escravo em sua própria terra.<sup>27</sup>

Além de toda repressão, o Império Romano, por meio de suas legiões, desenvolvia uma atmosfera de invulnerabilidade. Para isso, a propaganda imperial explorava ao máximo sua grandeza, celebrando seus feitos em praça pública, recompensando os generais vitoriosos, e mostrando os inimigos acorrentados antes de executá-los. Isso fazia com que o povo conquistado escolhesse a única alternativa possível, a submissão. Assim, o discurso romano “tratava-se de uma espécie de propaganda ideológica capaz de propagar o medo e reforçar o poder e a força do Império e com isso constringer qualquer tentativa de reação ou resistência”.<sup>28</sup> A máquina imperial romana marchava sobre a noção da vontade divina para suas conquistas, devido à sua piedade e justiça. Esta ideologia do sucesso acabava por exigir novos sucessos e era isso, justamente, o que fazia Roma: conquistas atrás de conquistas.<sup>29</sup>

Além de exploração, o espaço aberto pelas legiões romanas era o que Roma precisava para o desenvolvimento do comércio internacional, o qual era lucrativo e garantia a concentração econômica. Porém, mesmo assim, o custo dos exércitos nas terras conquistadas foi se tornando alto com o passar do tempo, obrigando o Império a novas ações, que se deram a partir da incorporação das elites locais, como já dito, ao sistema de exploração. Essa ação atribuiu às elites locais o direito de explorar os recursos naturais; em troca, eles vigiavam qualquer tentativa rebelde de levante contra Roma, permitindo a diminuição dos gastos romanos com os exércitos.<sup>30</sup>

Portanto, o controle exercido por Roma se dava a partir do uso e abuso de seu poder. Era um discurso baseado nos pilares da vontade divina e do direito do mais forte, conquistado no campo de batalha, e da justiça e paz em todos os lugares do Império. Foi neste cenário que foi escrito o Evangelho de Mateus. Logo, tais CPs foram determinantes para os discursos formulados, pois a AD entende que o outro sempre está no discurso. A fim de entender melhor este mecanismo, o tópico seguinte versa sobre o conceito de Formação Discursiva (FD), para que, a partir disso, seja possível analisar o texto de Mateus 6,33.

## 2. O conceito de Formação Discursiva (FD) e sua relevância para a análise do corpus

O conceito de Formação Discursiva (FD) estabelece a associação entre o interdiscurso e a ideologia, isso, porque uma FD sempre corresponde a uma FI (Formação Ideológica). Mas este

<sup>26</sup> SILVA, F. H. O., Poder e violência nos dias de Jesus, p. 68.

<sup>27</sup> SILVA, F. H. O., Poder e violência nos dias de Jesus, p. 69-70.

<sup>28</sup> SILVA, F. H. O., Poder e violência nos dias de Jesus, p. 71.

<sup>29</sup> WENGST, K., Pax Romana, p. 28.

<sup>30</sup> LE ROUX, P., Império Romano, p. 55.

conceito não deve ser explicitado antes de levar em consideração que ele é polêmico na AD, o que se deve à sua dupla origem, os pensamentos de Foucault e Pêcheux, quase na mesma época. Dessa forma, antes de conceituar FD, é útil remontar à sua fundação.

O conceito de formação discursiva, na ótica foucaultiana, consiste em “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Esse conceito está ligado ao arqueológico de Foucault, que consiste na análise das condições históricas de possibilidade, isto é, em uma época específica, somente determinados enunciados são possíveis, outros não.<sup>31</sup>

A concepção foucaultiana não reduz FD a objetos linguísticos como atos de fala ou frases, mas são princípios reguladores que validam os enunciados constituintes, os quais instauram os objetos sobre os quais se fala. Dessa forma, este importante conceito é descrito “mais exatamente como uma unidade de distribuição que abre um campo de opções possíveis e permite a arquiteturas diversas que se excluem aparecerem lado a lado ou cada uma por sua vez”.<sup>32</sup>

Contudo, como escrevem Charaudeau e Maingueneau,<sup>33</sup> a noção foucaultiana de FD não chegou a ser um procedimento da AD, pois esta não poderia dissociar formação discursiva e estudos das marcas linguísticas e da organização textual. Esse motivo fez com que a noção pechetiana (desenvolvida a partir do quadro teórico do marxismo althusseriano) tivesse maior aceitação, afinal, uma das características da AD francesa é ser, também, linguística.

Na ótica de Pêcheux, a formação discursiva consiste naquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada em uma conjuntura social: desta forma, Conforme Grangeiro,<sup>34</sup> Pêcheux parte de um ponto diferente de Foucault, pois, para ele, a ideologia e a luta de classes são centrais no entendimento da FD. Assim, a noção pechetiana entende que, para se analisar um discurso, é necessário observar o conjunto de discursos possíveis em dada situação de produção, ou seja, para Pêcheux, o discurso deve ser pensado na sua estreita relação com as CPs.<sup>35</sup> Contudo, para Pêcheux, há uma contradição de dois mundos: “uma ideologia que não é idêntica a si mesma, ela só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários”.<sup>36</sup> Essa afirmação remete à heterogeneidade constitutiva de um discurso, isto é, a FD, como correspondente a uma FI, possui o outro em si, e isso faz parte de sua constituição, é um jogo de identidade que é construída a partir, também, da diferença. Este processo constitutivo, para ser mais bem entendido, faz-se necessário abordar o que são heterogeneidade constitutiva (interdiscurso) e ideologia.

A noção de ideologia assumida pela AD pechetiana vem de Althusser, o qual, por sua vez, tem suas bases em Marx e Engels,<sup>37</sup> para os quais a ideologia é o ocultamento da realidade social, isto é, ela esconde como as relações sociais foram produzidas e consiste na origem das

<sup>31</sup> CASTRO, E., Vocabulário de Foucault, p. 177.

<sup>32</sup> FOUCAULT, M., Arqueologia do saber, p. 73.

<sup>33</sup> CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D., Dicionário de análise do discurso, p. 241.

<sup>34</sup> GRANGEIRO, C. R. P., A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux.

<sup>35</sup> BARONAS, R. L., Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux.

<sup>36</sup> PÊCHEUX, M., Remontemos de Foucault a Spinoza, p. 11.

<sup>37</sup> MARX, K.; ENGELS, F., A ideologia alemã, p. 94.

formas de exploração econômica e da dominação política. Essa forma de pensar é reproduzida pela sociedade e entendida como normal, garantindo a manutenção e a perpetuação do sistema.

Com base nisso, Althusser<sup>38</sup> entende que a ideologia sempre representa uma posição de classe, independentemente se a ideologia em questão for a religiosa, a política ou qualquer outra. Para sua proposta, ele apresenta três teses fundamentais, a primeira delas é a de que a ideologia representa a relação imaginária do indivíduo com suas reais condições de existência. A segunda afirma que a ideologia tem uma existência material, ou seja, o sujeito age por acreditar naquilo que o faz agir. Por fim, a tese mais importante: “A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”.<sup>39</sup> Esta mostra que toda ideologia tem por função transformar os indivíduos em sujeitos, o que ocorre por meio de um processo de interpelação e reconhecimento, uma vez que o sujeito sempre se insere em meio às práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos, entretanto, ele jamais conseguirá reconhecer que isso é um processo ideológico, afinal, a ideologia é ocultação.

Michel Pêcheux<sup>40</sup> desenvolve suas ideias a partir dessas noções apresentadas por Althusser. Nesse sentido, é na interpelação do sujeito por meio da ideologia e das contribuições da psicanálise e da linguística que os estudos de base pechetiana se voltam, apresentando assim, a chamada teoria materialista do discurso. Com esse pano de fundo, Pêcheux faz a definição conceitual de formação ideológica. Para Pêcheux, é a ideologia que determina a linguagem e as próprias condições de produção (CPs) do discurso, ou seja, aquilo que se pode dizer em determinada época, ou seja, aquilo que as condições sócio-histórico-ideológicas permitem. Cada FI corresponde a uma FD, como dito acima, ambas estão “na fonte da produção dos sentidos e a língua é o lugar material onde se realizam os ‘efeitos de sentido’”.<sup>41</sup>

Assim, a interpelação do sujeito pela ideologia é o ponto no qual se convergem o sujeito de direito e o sujeito ideológico, sendo o primeiro aquele que entra na relação com seus iguais e o segundo, aquele que fala de si mesmo (“sou eu!”). O efeito da interpelação nos permite observar o que se fala, a quem se fala, antes mesmo de que o sujeito possa dizer.<sup>42</sup>

Segundo Orlandi,<sup>43</sup> a AD redefine o conceito de ideologia a partir das considerações da linguagem, trata-se de uma definição discursiva de ideologia. Segundo ela, a necessidade de haver interpretação no uso da linguagem prova que a ideologia atesta que o discurso é ideológico, pois o sentido é produzido na relação entre história e simbólico, processo que consiste na produção de evidências e coloca o ser humano em “relação imaginária com suas condições materiais de existência”. Dessa forma, a ideologia consiste na relação necessária entre a linguagem e o mundo, mostrando que ela não é necessariamente ocultação. Isso significa, então, que a língua precisa se inscrever na história para que haja sentido, este é o processo que a AD denomina como discursividade.

A heterogeneidade constitutiva, por sua vez, é aquilo que a AD denomina como interdiscurso que, para Maingueneau,<sup>44</sup> é o primado da AD. Trata-se da presença do Outro de

<sup>38</sup> ALTHUSSER, L., Ideologia e aparelhos ideológicos de estado, p. 82.

<sup>39</sup> ALTHUSSER, L., Ideologia e aparelhos ideológicos de estado, p. 93.

<sup>40</sup> PÊCHEUX, M., Semântica e discurso, p. 132-133.

<sup>41</sup> GREGOLIN, M. R. V., Análise do discurso: conceitos e aplicações, p. 18.

<sup>42</sup> PÊCHEUX, M., Semântica e discurso, p. 140.

<sup>43</sup> ORLANDI, E., Análise de discurso, p. 46-47.

<sup>44</sup> MAINGUENEAU, D., Gênese dos discursos, p. 31.

forma indissociável no discurso, ou seja, é o Outro que constitui o discurso. Nesse sentido, o interdiscurso ou memória discursiva, é parte da produção do discurso, e é por meio dele que se pode acionar as CPs do discurso. Assim, a memória discursiva, aquilo que já foi dito (já-dito) é o que sustenta o dizer, sendo fundamental para se compreender o funcionamento discursivo, a relação existente entre os sujeitos e a ideologia. Dessa forma, “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”.<sup>45</sup>

Esses dois conceitos, ideologia e interdiscurso são a base do conceito de FD, pois toda ideologia, a formação ideológica (FI), corresponde a uma FD e a FD traz discursos constituídos por outros discursos, é o Outro em si mesmo, aquele que o constitui, a chamada heterogeneidade constitutiva. Nesse sentido, “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”, isso implica na apreensão dos sentidos, uma vez que o sentido é determinado pela posição ideológica ocupada pelo indivíduo nas condições em que as palavras são produzidas, dessa forma, as palavras mudam de sentido conforme são mudadas suas condições de produção.<sup>46</sup>

Portanto, dois pontos devem ser observados. O primeiro deles é que a constituição dos sentidos se deve à forma como o que é dito pelo sujeito se inscreve em determinada FD e não em outra, assim, os sentidos são determinados ideologicamente. Isso mostra que as palavras não possuem sentido nelas mesmas, os sentidos são derivados da FD em que a palavra se inscreve. O outro ponto a ser observado é que somente em referência à FD que podemos compreender os diferentes sentidos, dessa forma, palavras iguais possuem sentidos diferentes em FDs diferentes. Assim, para se entender o sentido, o analista deve remeter às condições de produção (CPs), pois é a partir da verificação delas e do interdiscurso que se é possível remeter o dizer a uma determinada FD e compreender seu sentido.<sup>47</sup>

Portanto, nesse emaranhado de conceitos, todos completamente conectados, pode-se entender que o discurso do sujeito é determinado ideologicamente, o que o situa em uma FI e, conseqüentemente, em FDs determinadas. Além disso, seus dizeres já foram ditos em outro momento, logo, os sentidos sempre estiveram presentes, por isso quando o sujeito discursa, seu discurso já revela um sentido. Por fim, as palavras têm sentidos diferentes quando estão em FDs diferentes, logo, o analista deve observar as condições de produção (CPs) e a FD correspondente para entender/apreender os efeitos de sentidos presentes no objeto em análise.

### 3. O discurso do Reino de Deus (Mt 6,33)

O texto de Mateus 6,33 diz o seguinte: “Procure primeiro o *Reino e a justiça de Deus*, e tudo isso vos será dado por acréscimo” (grifo nosso). O foco de análise neste versículo bíblico está na afirmação do Reino, talvez seja essa a grande temática do Evangelho de Mateus. No Sermão do Monte, ela aparece em 5,10, 6,10 (no texto da oração do Pai Nosso) e em 6,33.

<sup>45</sup> ORLANDI, E., Análise de discurso, p. 33.

<sup>46</sup> ORLANDI, E., Análise de discurso, p. 42.

<sup>47</sup> ORLANDI, E., Análise de discurso, p. 44-45.

Algumas traduções bíblicas trazem também no verso 6,13 (também no Pai Nosso), mas trata-se de um trecho não presente em todos os manuscritos da Bíblia, por isso nem todas as traduções o trazem. A TEB, Bíblia utilizada aqui, não o traduz, a Vulgata também não.<sup>48</sup> Algo semelhante é observado no verso 6,33, no qual, em grego, a expressão “de Deus” (τοῦ θεοῦ) aparece entre colchetes, por não estar presente em todos os manuscritos.<sup>49</sup>

A aparição da expressão “de Deus” é o primeiro ponto analisado aqui de forma discursiva, porque a inserção dele evidencia o fato desta expressão não ser usual em Mateus. Em Mateus, o comum é a expressão “dos céus” (τῶν οὐρανῶν), ou simplesmente reino (βασιλεία), conforme traduzido pela TEB. Como as CPs revelam, a comunidade de Mateus era judaica e, como judeus, eles evitavam falar o nome de Deus constantemente, era uma forma de reverência. Esta inserção posterior atesta que o escritor de Mateus teve o cuidado de modificar “reino de Deus”, comum nos outros evangelhos, pois uma comunidade judaica deveria ter este zelo, contudo, é o mesmo discurso dos outros evangelhos, o de um reino maior e mais poderoso do que o romano. Do ponto de vista da AD este fato é relevante porque evidencia a FD da comunidade de Mateus e traz força para as CPs assumidas neste trabalho, de que a comunidade de Mateus era judaica, estava em uma cidade importante do império romano, mas não tinha os mesmos privilégios do judaísmo formativo. Infelizmente, todavia, como boa parte das traduções da Bíblia em português trazem a expressão “de Deus”, até mesmo em passagens nas quais está (em grego) “dos céus”, não se pode observar a FD de Mateus como judaica. Por isso é necessário exaltar o trabalho de exegetas como Brown e o trabalho de crítica textual presente nas páginas do Novo Testamento em grego. Todavia, há de se ressaltar o trabalho de tradução, pois eles, em sua maioria, preocupam-se com adequação de linguagem ao ambiente cristão atual.<sup>50</sup>

Porém, antes de seguir com a análise discursiva, é preciso voltar ao plano textual para entender a passagem (Mateus 6,25-34). Nela, Jesus orienta os crentes a não se preocuparem com roupas e com comida, pois Deus os sustentaria, assim como faz com os lírios dos campos (v. 28). Por isso, eles deveriam buscar o “Reino e a justiça de Deus” (v. 33), pois todas as outras coisas lhes seriam acrescidas por Deus. Os comentaristas não versam muito sobre esse trecho, porém, como se sabe, a comunidade de Mateus não necessariamente passava por necessidades, o que possivelmente ocorria era a busca por riqueza excessiva, sendo este o motivo de o Evangelho de Mateus tocar neste ponto.

Porém o termo “justiça” leva a análise a outro horizonte, a justiça romana em suas colônias. Era uma justiça, muitas vezes, injusta, bem como a injustiça do “judaísmo formativo” em relação à comunidade de Mateus. Dessa forma, adentrando ao plano discursivo, é transcendida a oposição entre a comunidade Mateus e o “judaísmo formativo”, passando-se a uma esfera superior, aos problemas enfrentados pela comunidade de Mateus causados pelo Império Romano. Não se trata de especulação, pois as CPs do evangelho mostram que o

<sup>48</sup> BROWN, R., Introdução ao Novo Testamento, p. 318.

<sup>49</sup> Na quarta edição de O Novo Testamento Grego, da Sociedade Bíblica do Brasil (O novo testamento grego, p. 21) e no site Biblehub.com, a expressão está entre colchetes. Na primeira edição The Greek New Testament (The Greek New Testament, p. 21), a expressão é suprimida, mas as notas editoriais explicam quais manuscritos a trazem.

<sup>50</sup> Apesar da análise sobre o uso da expressão “dos céus”, o restante do trabalho utiliza o termo de Deus, por ser mais usual, inclusive presente na maioria das traduções em português.

“judaísmo formativo”, aos poucos, foi autorizado por Roma, enquanto as outras formas de judaísmo não, o que trouxe perseguição.

No espectro discursivo, pode-se entender o discurso sobre o Reino de Deus como um discurso em oposição ao discurso do Império Romano. Este possível efeito de sentido se dá, uma vez que Roma se considerava como o único império soberano sobre todos os outros. Logo, se há outro reino, este seria oposto ao romano.

Pensar que há esse interdiscurso, para muitos especialistas, pode parecer forçar uma distorção, mas é preciso lembrar que o próprio Sermão do Monte orienta que a comunidade de Mateus procure sua própria forma de vida, desligando-se do “judaísmo formativo” em suas práticas e de Roma, inclusive nas questões legais, afinal existe a orientação de não se procurar os tribunais (Mt 5,40), pois neles, certamente, não estaria presente a justiça do Reino.

Analisando o trecho a partir dos conceitos da AD tratados anteriormente, pode-se interpretar que o discurso referente ao Reino de Deus constitui-se a partir do discurso do Império Romano, isto é, há o reino de Roma, justo (Roma se orgulhava de seu sistema jurídico), forte, poderoso, mas há o Reino de Deus, maior, mais poderoso e mais justo, ou outra forma de justiça. Possivelmente, para a comunidade de Mateus, pensar o Reino de Deus seria sinônimo de esperança, mas para Roma, provavelmente, seria a afirmação de uma oposição. A partir dessa ótica, constata-se o interdiscurso no discurso do Reino de Deus, porque é o Outro presente nele, seu constituinte: “é aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade”,<sup>51</sup> ou seja, é o sentido do discurso que está oculto, que existe, pois sem ele o visível não faria sentido.

Além disso, sobre a oposição ideológica observada nesta passagem, vê-se que o discurso sobre o Reino de Deus está alicerçado na noção do Messias, a saber, a crença da comunidade de Mateus em Jesus Cristo, o qual, por meio da fé da comunidade, é crido como Deus, Filho de Deus, o Ungido, o único Deus. Assim, a comunidade de Mateus afirma suas verdades com base na representação do Messias, afinal, o discurso só tem validade como verdadeiro por ter sido proferido por alguém que é a base da verdade para quem o afirma. Dessa forma, não importa para a comunidade de Mateus se César diz ser Deus e expande Roma baseado na ideologia do destino manifesto, pois há um Messias e ele é maior do que César e Roma. Portanto, o discurso sobrepeõe uma ideologia a outra, uma ideologia supostamente verdadeira a uma ideologia supostamente falsa. Algo semelhante ao que podemos ver no discurso da comunidade de Mateus frente ao “judaísmo formativo”. Nisso, então, somos levados a analisar as FDs e a FI do discurso do Reino de Deus.

Como toda FD corresponde a uma FI, ou seja, a ideologia é o que determina os sujeitos e os sentidos e, em consequência, determina todas FDs. Dessa forma, a FD da comunidade de Mateus determina não só os sentidos dos discursos da comunidade, mas também aquilo que se pode dizer. Portanto, o discurso da comunidade de Mateus foi dito porque sua FD e suas CPs permitiram, isto é, Mateus afirmou o Reino de Deus porque era uma comunidade que cria no Deus dos judeus, que para esta fé é o Rei sobre o universo.

---

<sup>51</sup> MAINGUENEAU, D., *Gênese dos discursos*, p. 37.

A comunidade de Mateus afirma a chegada do Reino por meio de Jesus, por crer no Messias, que seria o rei, mas não o rei político esperado pelos judeus em geral, e sim o rei de um reino transcendente. Este é outro ponto que mostra a FD de Mateus, ou seja, a comunidade de Mateus concorda que o Reino de Deus se faz presente, discursa assim por sua FD conter o discurso judaico, mas ressignifica o discurso quando afirma que o rei é Jesus, algo impensado para o judeu que não reconheceu o Messias. Isso ocorre devido ao fato da FD de Mateus conter, também, o discurso messiânico, além do discurso do reino. Essa divergência explicaria o porquê de a comunidade de Mateus, mesmo sendo judaica, ter entrado em conflito com o “judaísmo formativo”, afinal, esse discurso os levou a se opor a Roma e, também, aos judeus que não criam no Messias.

Sendo assim, temos no discurso do Reino de Deus, presente nesta passagem do Sermão do Monte, o interdiscurso com o discurso romano, não que o discurso do Reino de Deus copie a forma romana de discursar, mas, como observado acima, constitui-se a partir dele, como explica a AD: a voz do discurso romano se faz observável no discurso de Mateus.

Há também o embate de posições ideológicas, a ideologia da comunidade de Mateus, messiânica, frente à ideologia romana e frente à ideologia dos judeus (“judaísmo formativo”). O que ocorre devido ao fato de a ideologia ser um posicionamento, fruto da relação do sujeito com a língua e com a história, conforme Orlandi<sup>52</sup> bem explica: “Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz”, ou seja, o posicionamento ideológico dos membros de Mateus gera um discurso oposto ao discurso do Império Romano (baseado em seu destino manifesto e na *Pax Romana*) e ao discurso do “judaísmo formativo”, baseado nas tradições dos mestres do judaísmo farisaico.

As correspondências históricas que permitem essas hipóteses podem ser encontradas no fato de Roma ser uma potência imperialista, uma nação que visa crescer territorialmente, conquistando povos vizinhos, oprimindo os povos subjugados por meio da violência física ou não, conforme mostrado acima. Por isso, a comunidade de Mateus discursa sobre um reino maior, justo, mas transcendente, não visível ao olho humano. Quanto aos judeus, as FDs da comunidade de Mateus têm a presença do discurso judaico em sua constituição, mas tem a presença da crença no Messias, uma ideologia que os colocou em oposição.

## Conclusão

A análise do discurso do Reino de Deus (Mt 6,33) pelo viés da AD, mostra o possível efeito de sentido da afirmação da existência de um reino transcendente, maior, mais poderoso, mais justo e melhor do que o romano. É um discurso que pode ser entendido como de subversão ou de protesto, pois é uma ideologia que desemboca na prática, já que a comunidade de Mateus deveria viver a partir de ideais diferentes dos pregados por Roma. Este efeito de sentido é observável a partir das CPs (entorno sócio-histórico-ideológico) do Evangelho.

Sendo assim, a comunidade de Mateus proferia um discurso formatado (FD) a partir de sua realidade (como todo e qualquer discurso), pois o Outro, aquele que se deseja atacar, é seu constituinte, por mais que se procure apagá-lo, ele está na base do sentido, ou seja, o discurso do

---

<sup>52</sup> ORLANDI, E., Análise de discurso, p. 49.

reino de Deus só existe porque há um outro reino (com seu discurso imperialista), um opressor que precisa entender que há algo maior que ele.

### Referências bibliográficas

A **BÍBLIA**. tradução ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.

BARONAS, Roberto L. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. **Anais do V Seminários de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>>. Acesso em: 14 de set. 2015.

**BÍBLIA SACRA VULGATA**. Sociedade Bíblica do Brasil: Barueri, 2011.

BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção Bíblia e história, Série Maior).

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYNE, Sean. Opressão da parte dos judeus – O Evangelho de Mateus como primitiva resposta cristã. **Concilium 220**: a verdade e suas vítimas. 1988/6. Petrópolis, RJ: 1988. p. 46-53.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux. **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/ClaudiaRejanePinheiroGrangeiro.pdf>>. Acesso em: 14 de set. 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. Análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa: revista de linguística**. 39. São Paulo: Unesp, 1995. p. 13-21. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em: 30 de out. 2017.

JEREMIAS, Joaquim. **Estudos no Novo Testamento**. São Paulo: Ed. Academia Cristã, 2006.

KERMODE, Frank. Mateus. In: ALTER, Robert; KERMODE, Frank. **Guia literário da Bíblia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. (Prismas). p. 417-431.

LE ROUX, Patrick. **Império Romano**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) [1846]. São Paulo: Boitempo, 2007.

**O NOVO TESTAMENTO GREGO**. 4. ed. Sociedade Bíblica do Brasil: Barueri, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

OVERMAN, J. Andrew. **O evangelho de Mateus e o judaísmo formativo**: o mundo social da comunidade de Mateus. São Paulo: Edições Loyola, 1997. (Coleção Bíblica Loyola, 21).

PÊCHEUX, Michel. **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Campinas: Unicamp/Mimeo, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

SERIQUE, Israel. Pax Romana e a Eirene do Cristo. **Fragmentos de Cultura**. vol. 21, n. 1. Goiânia, GO: 2011. (p. 119-134). Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1667/1057>>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

SILVA, Flávio H. O. **Poder e violência nos dias de Jesus**: o Reino de Deus em perspectiva Anti-Imperial. Londrina, PR: Descoberta, 2015.

**THE GREEK NEW TESTAMENT**. United Bible Societies: London, 1966.

VIVIANO, Benedict T. O Evangelho Segundo Mateus. In: BROWN, Raymond E.; FITZMYER, Brown, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Orgs.). **Novo Comentário Bíblico São Jerônimo**: Novo Testamento e artigos sistemáticos. Santo André (SP): Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011.

WENGST, Klaus. **Pax Romana**: pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo. Tradução, António M. da Torre; revisão, José Joaquim Sobral, Honório Dalbosco. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. (Coleção Bíblia e Sociologia).

**Éder Wilton Gustavo Felix Calado**

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina  
Docente no Mestrado Profissional em Teologia da Faculdade Teológica Sul Americana  
Londrina / PR – Brasil  
Email: [eder.calado@ftsa.edu.br](mailto:eder.calado@ftsa.edu.br)



ISSN 2596-2922

DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.ReBiblica.2596-2922.2024v5n10a04

***Rosemeri Passos Baltazar Machado***

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina

Docente associada da Universidade Estadual de Londrina

Londrina / PR – Brasil

Email: [rosemeri@sercomtel.com.br](mailto:rosemeri@sercomtel.com.br)

Recebido em: 15/07/2024

Aprovado em 08/10/2024